

O microempreendedor em tempos de pandemia: uma análise do impacto econômico em cenário de crise

The micro-entrepreneur in times of pandemic: an analysis of the economic impact in a crisis scenario

DOI:10.34115/basrv5n1-020

Recebimento dos originais: 20/12/2020

Aceitação para publicação: 20/01/2021

Marlene de Fátima Costa Vitória

Graduando em Administração

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais

Endereço: Av. Prof. Mário Palmério, 1001, Frutal - MG

E-mail: marlenevitoria.frutal@hotmail.com

Eduardo Meireles

Doutor em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos.

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais

Endereço: Av. Prof. Mário Palmério, 1001, Frutal - MG

E-mail: eduardo.meireles@uemg.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como por objetivo analisar o impacto econômico e o cenário de crise determinado pela pandemia novo coronavírus, especialmente no que se referem à atuação das micro e pequenas empresas e suas consequências para economia de forma geral. Como recorte temático, o artigo debruça nos micros e pequenos negócios dos seguintes seguimentos: varejo bares, restaurantes e turismo. Como apoio metodológico, a pesquisa é estruturada em bibliografias cujas principais informações e dados foram coletados das seguintes instituições: Sebrae, Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) e FGV – Fundação Getúlio Vargas. Os dados e informações apresentadas compreendem desde final de março deste ano – período que a pandemia fortaleceu em território brasileiro – até meados de agosto. São explorados temas da importância das micro e pequenas empresas e os seus principais ramos, o contexto econômico atravessado pelo cenário da pandemia, as medidas e soluções governamentais e de instituições financeiras destinadas aos empreendedores afetados pela crise e a eficácia de sua aplicabilidade.

Palavras-chave: microempreendedor, pandemia, coronavírus, crise, economia.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the economic impact and the crisis scenario determined by the new coronavirus pandemic, especially with regard to the performance of micro and small companies and their consequences for the economy in general. As a thematic clipping, the article looks at micro and small businesses in the following segments: retail bars, restaurants and tourism. As methodological support, the research is structured in bibliographies whose main information and data were collected from the following institutions: Sebrae, Abrasel (Brazilian Association of Bars and Restaurants)

and FGV - Fundação Getúlio Vargas. The data and information presented comprise from the end of March this year - a period that the pandemic strengthened in Brazilian territory - until mid-August. Themes of the importance of micro and small companies and their main branches are explored, the economic context traversed by the pandemic scenario, government and financial institution measures and solutions for entrepreneurs affected by the crisis and the effectiveness of its applicability.

Palavras-chave: microempreendedor, pandemia, coronavírus, crise, economia.

1 INTRODUÇÃO

O cenário pandêmico proporcionado pelo novo coronavírus já alcançou a marca de 63.409.415 de pessoas infectadas e 1.471.553 de mortes. Desses números, 6.336.278 de infecções e 173.165 mortes ocorreram apenas no Brasil.

Como forma de frear o contágio e transmissão da doença, a OMS – Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde e outros órgãos governamentais, determinaram medidas de isolamento e distanciamento social. Se de um lado as orientações adotadas puderam contribuir para a propagação do vírus, do outro, tais medidas afetaram principalmente as micro e pequenas empresas em todo o Brasil.

De acordo com o Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2020), foi na terceira semana de março, quando as medidas de restrições ainda estavam no início, os empresários já haviam declarado queda de 64% no faturamento.

Considerando esse recorte, existem mais de 13 milhões de pequenos negócios que geram o equivalente a 21,5 milhões de empregos e uma folha salarial de mais de R\$ 611 bilhões anuais. Na tabela abaixo, são apresentadas as 15 atividades econômicas que mais concentram micros e pequenos negócios, de acordo com o Sebrae, com base em dados da Receita Federal no ano de 2020:

Tabela 1: Distribuição dos pequenos negócios nas atividades mais vulneráveis à crise do COVID-19

AS 15 ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE MAIS CONCENTRAM MICROS E PEQUENOS NEGÓCIOS.	NÚMERO DE CONCENTRAÇÃO
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	1.103.611
Cabelereiros, manicure e pedicure	808.602
Comércio varejista de mercadorias em geral	507.695
Obras de alvenaria	469.432
Lanchonetes, casas de chá, suco e similares	462.254
Promoção de vendas	352.595
Restaurantes e similares	342.438
Fornecimento de alimentos preparados para domicílio	259.051
Transporte rodoviário de carga (intermunicipal)	243.305
Comércio varejista de bebidas	239.279
Atividades de estética e outros serviços de cuidado com a beleza	232.531
Instalação e Manutenção elétrica	230.981
Comércio varejista de comércio, perfumaria e higiene	211.132
Transporte rodoviário de carga (municipal)	203.151
Comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores	194.239

Fonte: elaboração própria, com dados do Sebrae (2020).

As micro e pequenas possuem atuação considerável no movimento da economia brasileira, pois além de gerar empregabilidade, tem excelente participação no mercado contribuindo para as exportações nacionais.

Diante do acentuamento da crise proporcionada pela pandemia no novo coronavírus, muitos micro empreendedores e pequenos empresários optaram por demissões em massa, com a finalidade de reduzir custos com folha de pagamentos, encerrando provisoriamente suas operações.

Para socorrer esses empreendedores, órgãos públicos e outras instituições financeiras passaram adotar algumas medidas para minimizar o impacto econômico atravessado pela crise sanitária e econômico, como é o caso da facilitação das operações de crédito para micros e pequenas empresas, a suspensão no recolhimento do FGTS, a linha de crédito para folha de pagamento, entre outras.

2 O PERFIL E O PAPEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS

Alguns dos avanços tecnológicos e incertezas financeiras, aliados à concorrência e mudanças de comportamento do consumidor restringiram a facilidade de abrir empresas, desenvolver produtos e/ou oferecer serviços para atender às novas exigências e demandas do mercado (MENDES, 2017). O autor conceitua o empreendedorismo como a capacidade de gerar valor para algum produto ou serviço já em uso ou a ser inovado no mercado.

Drucker (2014), por sua vez, define o empreendedorismo como todo processo criativo ou inovador de iniciar um negócio, bem como aperfeiçoar um empreendimento já existente. Isso significa que as pessoas que empreendem estão dispostas a assumir riscos e aproveitar oportunidades em vários segmentos de mercado.

No Brasil, o empreendedorismo surgiu na década de 90 por meio da criação de entidades como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e Sociedade Brasileira para Exportação de Software – SOFTEX, as quais possuem a natureza de agregar suporte para quem tem intenção de criar um empreendimento, até mesmo serviços de consultorias para solucionar problemas próprios dos desafios de empreender. (DORNELAS, 2016).

Segundo dados do Sebrae (2019), o Microempreendedor Individual ou MEI é a pessoa que decide trabalhar de forma independente, possui documentação registrada de pequeno empresário e atua exercendo umas das inúmeras modalidades de serviços, comércio ou indústria.

A figura do microempreendedor se originou com a Lei nº 128/08, que objetiva tirar alguns trabalhadores da informalidade que desempenham diversas atividades sem nenhum amparo legal ou de segurança jurídica. Após a lei entrar em vigor, houve a formalização de aproximadamente 7 milhões de pessoas como microempreendedores individuais. Dentre os benefícios da formalização do MEI, tem-se o acesso à aposentadoria, auxílio doença, auxílio maternidade, emissão de notas fiscais e redução do número de impostos, dentre outros (SEBRAE, 2019).

Cumprе ressaltar que a arrecadação de impostos ocorre pelo regime do Simples Nacional, ficando o MEI isento dos impostos federais, como o Imposto de Renda, Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Outra vertente para o MEI é que o valor máximo de

faturamento anual das atividades desempenhadas é de R\$ 60 mil, porém a partir de 2018, com a Lei Complementar n. 155, o novo limite de faturamento passou a ser de R\$ 81 mil anual, ou R\$ 6.750,00 mensais (SEBRAE, 2019).

O microempreendedor individual possui as mesmas características comuns de um empreendedor, por exemplo: a capacidade de assumir riscos, aproveitar as oportunidades, buscar informações, força de vontade, planejamento, controle, liderança, persistência, espírito empreendedor, autoconfiança e independência pessoal (FARAH; CAVALCANTI; MARCONDES, 2010).

A presença dos micros e pequenos empresários são de extrema importância para o cenário econômico brasileiro. Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), esses setores são responsáveis por quase 60% dos quase 100 milhões de empregos no país. Dessa forma, a premissa de que é somente as grandes organizações e multinacionais movimentam a economia não merece prosperar.

Dados como esses confirmam que os micros e pequenos negócios são os principais geradores de riqueza no comércio nacional. Dados do Sebrae (2014) revelam que: (a) as micro e pequenas empresas geraram no ano de 2011, 27% do valor adicionado do conjunto de atividades incluindo comércio, serviços e indústria; (b) serviços e comércio representaram no ano de 2011, 19% do valor adicionado, enquanto a indústria totalizava 7,8%; (c) em relação ao número de empresas, as MPEs representaram em 2011 nas atividades de serviços e de comércio, respectivamente, 98% e 99% do total de empresas formalizadas; (d) em relação ao emprego, as MPEs representavam 44% dos empregos formais em serviços e aproximadamente 70% dos empregos gerados no comércio; (e) cerca de 50% das remunerações do setor formal do comércio foram pagas, em 2011, por MPE.

Ainda de acordo com o Sebrae (2018), no período de 2006 a 2016, a participação desse ramo de negócios na consolidação empregos no país cresceu de 53,5% para 54,5%. Em dez anos, houve um aumento de 1,1 milhão de micros e pequenos negócios em território brasileiro, demonstrando um aumento de 21,9% no índice de empreendimento responsáveis pela geração de mais de 5 milhões de novos empregos. No ano de 2017, esses negócios contribuíram, aproximadamente, 47,4 mil vagas de empregos contra apenas 12,5 mil das médias e grandes companhias.

2.1 AS ATIVIDADES MAIS AFETADAS PELA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

O Sebrae (2020), em recente pesquisa, observou e contabilizou alguns dos efeitos negativos proporcionados pela Covid-19. O estudo aponta 14 segmentos que foram e continuam sendo afetados. Na liderança da lista, ganham destaques o comércio varejista, a alimentação e o turismo, conforme a tabela abaixo:

Tabela 2: Segmentos brasileiros mais impactados pelo novo coronavírus em 2020.

Setores	Alguns dos impactos	Projeções	Alternativas
Comércio varejista	Desde o início do surto, o varejo brasileiro já apresentou uma queda de 27% no faturamento. Segundo o Sebrae, o pequeno negócio do varejo tem sofrido um pouco mais, tendo registrado queda de 69% com relação a uma semana normal.	Com a continuidade do isolamento social as pessoas começam a estabilizar seus hábitos de consumo, com alguma tendência de leve queda por conta do aumento do desemprego e redução da renda.	Adaptar o negócio para o sistema de delivery é uma alternativa interessante para o varejo. Outra solução são os vouchers. Nesta alternativa, o comércio realiza uma venda antecipada e disponibiliza um crédito para aquisição de produtos.
Alimentos e bebidas	Queda de 66% das vendas na primeira semana das restrições sociais.	O segmento de alimentos e bebidas foi um dos primeiros afetados pelas medidas de restrições de funcionamento determinadas pelo governo. A tendência é que os estabelecimentos que servem refeições continuem operando com delivery (entrega) ou Take-out (retirada).	Reposicionar seu negócio: avaliar qual é seu maior diferencial competitivo e planejar o seu modelo de atuação no pós-crise.
Turismo	Queda no faturamento dos pequenos negócios de 87% com relação a uma semana normal.	O cenário atual sinaliza para os negócios do turismo que a retomada não tem data prevista. Mesmo que estados menores tomem medidas de relaxamento das medidas de isolamento há uma tendência em que a economia do turismo ainda seguirá sendo a mais impactada com a crise.	Os hotéis podem negociar com governos estaduais e municipais para hospedar idosos ou profissionais da área de saúde que precisam se manter isolados de suas famílias.

Fonte: elaboração própria, adaptado do Sebrae (2020).

2.1.1 O impacto no varejo

O setor varejista tem acentuada importância no cenário econômico brasileiro, pois trata-se de um ramo que além de gerar a maior taxa de empregos formais no país, o segmento vem apresentando números expressivos de crescimento e abrindo uma ampla frente de modernização.

Com o apontamento da pandemia em território brasileiro, desde o aparecimento do primeiro caso e o descontrole da transmissão comunitária, esse setor teve uma queda

de 29%, com uma desaceleração nos primeiros dias do mês de abril. Segundo um estudo da Federação de Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Rio de Janeiro (2020) – Fecomércio-RJ – mostra que nesse período, empresários os empresários do estado constataram uma queda de 50% na demanda (OLIVEIRA, 2020).

Outra pesquisa realizada pelo mesmo instituto, observou que cerca de 335 mil trabalhadores foram ou serão demitidos, enquanto que o índice de 16,1% dos entrevistados relatou que o isolamento e o distanciamento social proposto pelas autoridades sanitárias resultaram em perdas de colaboradores. Outros 19% também cogitam em dispensar os seus funcionários (OLIVEIRA, 2020).

A Fecomércio-RJ prevê, ainda, que cerca de 83,3% dos empresários enfrentarão dificuldades e a falta de demanda deve atingir 70%. Estima-se que o PIB do comércio e serviços do estado carioca sofra uma queda de cerca de R\$ 30 bilhões.

A Associação Brasileira de Shopping Centers – Abrasce – (2020) argumenta que 550 shoppings no Brasil estão sendo impactados pela doença e que esse número representa cerca de 95% dos shoppings brasileiros.

A região com a maior concentração desses empreendimentos é o Sudeste. Logo, trata-se da região mais afetada pela pandemia. Em São Paulo são 182 shoppings, 93 deles somente na capital paulista; no estado do Rio de Janeiro, o número de shoppings center afetados pela pandemia foi 66. Em segundo lugar em termos de prejuízo, a associação aponta a região Sul, com cerca de 96 shoppings sob decretos que afetam as atividades de comércio/varejo. Em seguida, vem a região Nordeste, com 93 estabelecimentos com operações suspensas (ABRASCE, 2020).

A Revista Exame (RIVEIRA, 2020) informou que mesmo antes das medidas de restrições de isolamento e distanciamento sociais impostos pelas autoridades locais, o movimento nos shoppings já vinha reduzindo em torno de 25% entre os dias 14 e 15 de março.

Com a rigidez das medidas após o alto número de infecções e mortes, as dificuldades com os adimplementos dos aluguéis e salários dos funcionários foram as principais queixas. Isso é o que revela a Ablos (2020) – Associação Brasileira dos Lojistas Satélites que na época estimou que 80% dos pequenos lojistas em shoppings não sobreviverão financeiramente a essa crise. Associações da área previam que as reduções no comércio poderiam impactar em 5 milhões de desligamentos até o fim de abril.

Segundo a CNC (2020) – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) deste tempo de

março revela que os efeitos da pandemia começaram a serem sentidos pelo setor. O índice chegou à marca de 128,4 pontos, maior patamar desde dezembro de 2012 (129 pontos). Os dados dessa pesquisa foram coletados entre o mês de fevereiro e março, dias antes das medidas mais restritivas serem tomadas. A queda desse índice no segundo e terceiro mês é respondida, especialmente, por uma retração no índice de expectativas da economia brasileira.

2.1.2 O impacto no ramo de alimentos e bebidas

O setor de bebidas e alimentos, especialmente no que diz respeito aos micros e pequenos estabelecimentos de bares e restaurantes foi um dos mais afetados no quesito de restrição de circulação de pessoas.

Dados da Associação Nacional de Restaurantes (2020) revela que tal setor já demitiu cerca de 1 milhão de empregados no país. A entidade afirma que representa mais de 9 mil pontos comerciais em todo o território brasileiro e que faturava cerca de R\$ 400,00 bilhões anualmente até 2019.

Pesquisas foram realizadas com proprietários de restaurantes entre os dias 9 e 15 de abril. O novo levantamento apontou que houve uma crescente na quantidade de estabelecimentos que precisou dispensar seus colaboradores em função do acentuamento da crise econômica desencadeada pelo coronavírus, revelando que 76% dos entrevistados já reduziram o quadro de funcionários. 62% era o número de bares e restaurantes que tinham efetuado demissões até o final de março, como aponta Associação Nacional de Restaurantes (2020).

Mesmo com 65% das empresas atuando na modalidade *delivery*, *drive-thru* ou outras entregas correlatas, tais empreendimentos tiveram uma queda de faturamento superior a 70% em março em relação à segunda e a primeira quinzena do mês; 18% desse total sofreram recuos num intervalo de 31 e 50%.

No que se referem à manutenção dos negócios no período pós-pandemia, 22% dos entrevistados pela Associação Nacional de Restaurantes disseram que encerrarão as atividades dos seus estabelecimentos; 78% dos empreendedores alegaram que as operações dos seus negócios continuarão apesar das dificuldades assumidas com o novo cenário.

O SindRio (2020) – Sindicato de Bares e Restaurantes – alega em levantamento realizado que quase 50% dos estabelecimentos de bares e restaurantes da cidade do Rio de Janeiro está de portas fechadas. O resultado de uma pesquisa divulgado ainda em abril

revela que 46,6% dos negócios não estavam operando. Desses 46,6%, 10% encerraram suas operações em definitivo, enxugando 20 mil postos de trabalho. Os dados revelam, também, que 62% dos restaurantes tiveram pedidos de crédito negados e que 82% dos empresários não tiveram acesso às linhas de crédito disponibilizadas.

2.1.3 O impacto no ramo de turismo

O turismo brasileiro é um setor que sempre se manteve aquecido. Ocorre que com a chegada da pandemia que impôs severas restrições de circulação de pessoas acrescida de isolamento e distanciamento social, a interrupção praticamente total de suas operações na segunda quinzena de março deste ano mudou consideravelmente os seus números. O ramo contribui para 10,4% do PIB mundial e gera um em cada dez empregos, sendo responsável por 20% da criação de novos postos de trabalho (CAMPOS, 2020)

O setor de turismo no Brasil consegue gerar cerca 3 milhões de empregos. Faturou, no ano passado, R\$ 238,6 bilhões, segundo o Ministério de Turismo. No início da adoção das medidas sanitárias, as associações afirmaram que 80% dos hotéis, resorts, parques e atrações turísticas estavam fechados (CAMPOS, 2020).

Segundo dados do IBGE (2020), o turismo no Brasil favorece e contribui, diretamente, 3,7% do PIB nacional. Já no plano internacional, o Brasil progrediu de um patamar de 4,1 milhões procura de turistas no ano de 2003, atingindo 6 milhões nos últimos anos. Com a pandemia, o presente setor deixou de injetar na economia brasileira o equivalente a R\$ 31,3 bilhões.

3 O IMPASSE DO CENÁRIO ECONÔMICO DIANTE DA CRISA DO NOVO CORONAVÍRUS

Com o desencadeamento de uma nova pandemia que não poupou vidas e nem a economia, cenários de crises passaram a se formar em inúmeros países. No caso do Brasil, esse quadro não seria diferente. Junto com os Estados Unidos, o país se tornou no primeiro semestre de 2020 o novo epicentro da pandemia do novo coronavírus.

O número exponencial de casos da doença e vidas interrompidas acumularam, também, outros dados negativos para a economia, além de instabilidades no cenário político brasileiro. Com essas nuances, alguns profissionais da área insinuam que o país caminha para a recessão no em 2020.

A economia brasileira vinha se direcionando de forma lenta e gradual rumo a uma suposta recuperação. E como bem pontuado, o cenário advindo pelo novo coronavírus

transformou todo otimismo em projeções pessimistas, ampliando as desigualdades e provocando um ambiente de muita insegurança.

A retração de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional no primeiro trimestre de 2020, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – expõe os impactos do novo coronavírus na economia brasileira. O percentual indica o menor valor quando comparado com o segundo trimestre de 2015, época em que o indicador caiu -2,1%.

Embora ainda não existam dados precisos sobre o período da pandemia, com um estudo social e econômico dispensado ao problema de forma categórica, o profundo abismo da desigualdade faz com que famílias de baixa renda não cumprem com eficiência aquilo que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no que diz respeito ao isolamento e distanciamento social.

Conforme estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (2020) – FGV – a reação no ramo do turismo possui a tendência ser gradual, marcada, a princípio, pelos roteiros viagens essenciais, compromissos de saúde e visita a familiares após o fim da pandemia. Após isso, as viagens domésticas são as possíveis causas de retomada e aquecimento do setor, seguida de lazer e até mesmo trabalho. Por fim, pode-se presumir a retomada dos eventos que englobam o segmento do turismo.

Os números negativos desse ramo no que diz respeito ao PIB se comparado com o ano anterior, 2019 será de uma redução de 38,9% (R\$ 165,5 bilhões em 2020 e R\$ 259,4 bilhões em 2021). Logo, o saldo negativo nesse segmento será de R\$ 116,7 bilhões considerando este e o próximo ano (21,5% total do período). A FGV aponta, ainda, que uma possível recuperação do segmento só se daria 2022 e 2023, com um crescimento de 16,95%

4 MEDIDAS GOVERNAMENTAIS E DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS: UMA ANÁLISE DE SUAS EFICÁCIAS

As medidas anunciadas no âmbito do governo federal almejavam as seguintes finalidades: (1) reduzir o impacto da pandemia na economia das micro e pequenas empresas; (2) resguardar empregos sob a ameaça de redução de quadro de funcionários, (3) bem com garantir o pagamento dos salários (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020)

No que se refere à redução de impactos, a primeira medida refere-se ao adiantamento do recolhimento do imposto do Simples Nacional, pelo período de três meses, representando uma renúncia temporária de cerca R\$ 22,2 bilhões dos cofres

públicos da União. Quando anunciada, a expectativa é que essa medida beneficiasse, aproximadamente, 4,9 milhões de empreendimentos brasileiros, que são optantes do regime tributário. O pagamento da taxa tributária previa ser adiado para este segundo semestre do ano de 2020.

Quanto ao resguardo de empregos e a tentativa de não enxugar o quadro de funcionários, a segunda medida previa a liberação de R\$ 5 bilhões através do Programa de Geração de Renda (Proger), financiado com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). O governo previu repassar a quantia para as instituições bancárias públicas para que elas concedessem empréstimos direcionados ao capital de giro das micro e pequenas empresas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Em abril de 2020, a Caixa Econômica Federal junto com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) anunciaram uma linha de crédito no montante de R\$ 7,5 bilhões destinada a micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais (MEIs).

No quesito juros, o banco acima mencionado diminuiu os juros de até 45% nas linhas de capital de giro, com taxas a partir de 0,57% ao mês. Para os serviços de parcelamento de capital de giro e renegociação, há um intervalo de até 60 dias.

O BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – também apresentou algumas medidas para minimizar os efeitos da pandemia na economia dos micros e pequenos negócios brasileiros: ainda em março, foi anunciado um primeiro conjunto de medidas, de caráter transversal, envolvendo a preocupação com a sustentação da liquidez e solvência das empresas, o direcionamento de recursos para os negócios mais afetados pela pandemia num valor de aproximadamente em R\$ 55 bilhões; houve, também, uma ampliação da oferta de crédito para esses estabelecimentos em um total de R\$ 5 bilhões. Os empréstimos nessa modalidade terão, segundo o anúncio, 24 meses de carência e um prazo total de 60 meses, com um limite por cliente de R\$ 70 milhões (AGÊNCIA BNDES, 2020).

É importante ressaltar que esses financiamentos incorporou uma vantagem de que os empreendimentos acobertados pelas medidas não precisassem especificar a destinação dos recursos. Assim, o crédito poderia ser empregado para capital de giro, tão necessário para a sobrevivência dessas empresas, conhecidas como importantes redutos de geração de empregos.

Esse conjunto de medidas dispensas aos empreendedores auxiliar na ampliação da capacidade de utilização de capital de bancos para realizar as eventuais renegociações e

de manter o fluxo de concessão de crédito, baixando a necessidade de capital próprio para a alavancagem das operações dos seus serviços.

4.1 DA EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS FINANCEIRAS ADOTADAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

Todo esse cenário de crise, incertezas e instabilidade fez com que a busca por empréstimos crescesse, apesar de o crédito bancário seguir de forma restrita e cara. Porém, segundo uma pesquisa feita pelo Sebrae (2020), 60% dos pequenos negócios que recorreram a esses empréstimos tiveram seu pedido negado.

Isso evidencia que as medidas de caráter temporárias e emergenciais anunciadas pelo governo federal não têm sido tão eficientes como se previa, pois, as linhas de crédito estão com taxas de juros com valor exorbitante – resultado pelo medo que as instituições financeiras possuem em relação ao risco de inadimplência.

A Anefac (2020) – Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade – fez um levantamento que prevê que as taxas de juros das operações de crédito tiveram um aumento em março, de 3,12% ao mês em fevereiro para 3,17% em março; quanto à linha emergencial para financiar salários dos trabalhadores, na qual o Tesouro Nacional arcará com 85% dos R\$ 40 bilhões ofertados, os juros são de 3,75% ao ano, o que mostra que tais taxas nas variadas linhas seguem com tendência de alta.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2020) – FGV – o conjunto de ações anunciadas pelo governo já equivalem a 7,8% do PIB nacional. Desse número, 2,1% se referem às medidas de crédito – índice bem baixo se comparado a outros países.

Todos os números compilados acima até o presente momento desta pesquisa revelam que as ações nas linhas de crédito continuam em sentido contrário do que é o ideal para que os micros e pequenos negócios não encerrem suas atividades e saiam perdendo financeiramente. Em outras palavras, o que se pode apreender é que o que falta no sistema financeiro brasileiro não é a liquidez, mas sim maior participação do governo para diminuir o risco e garantir maior facilidade no acesso ao crédito. Logo, esse mesmo governo e suas entidades precisam, em um planejamento mais direcionado, oferecer recursos do Tesouro para os bancos públicos atuarem de maneira mais contundente ou criar fundos garantidores com recursos do Tesouro para dar segurança para os bancos comerciais operarem, ou, ainda, atuar comprando carteiras de crédito assim como algumas instituições internacionais fazem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desencadeamento de uma nova pandemia proporcionou inúmeros efeitos negativos, seja em questão de crise sanitária e precarização da saúde pública, seja em questões de ordens financeira e econômica.

Inúmeras vidas foram perdidas pelo agravamento da doença provocada pelo novo coronavírus, a maiorias dos leitos das unidades de terapia intensiva tiveram que escolher quem seria salvo devido ao esgotamento de vagas.

Com as diretrizes das medidas das autoridades de saúde em relação ao isolamento e distanciamentos social, o quadro de desigualdade social aumentou ainda mais provocado pela falta de recursos e conseqüentemente o aumento da fome e outros problemas estruturais que já eram presentes.

A maioria das empresas, em especial as micro e pequenas tiveram suas operações de serviços interrompidas temporariamente, outras encerradas em caráter definitivo, porque não tiveram condições de arcar com as demandas financeiras do dia-a-dia. Logo, alto número de demissões aconteceram, contribuindo, inclusive, para o cenário formado apontado no parágrafo anterior.

Como dito no decorrer do trabalho, a participação das micro e pequenas empresas no contexto da economia brasileira é de suma importância, pois além de gerar empregos e renda para a sociedade como um todo, pode ser uma alternativa para quem encontra dificuldades de ser estabilizar em um emprego formal.

Apesar das tentativas de socorro vindas do governo federal e de algumas instituições bancárias por meio de medidas fiscais e econômicas, observa-se que sua aplicabilidade, de fato, foi ineficaz, o que sugere que tais incentivos e participação federal fosse de forma ativa e abrangente, com instrumentos precisos e práticos.

Por uma questão de formato técnico e espaço temporal, a presente pesquisa não pode atualizar os dados referentes ao segundo semestre de 2020 no que diz respeito a esses dados de impacto na economia brasileira. Registra-se, aqui, a possibilidade de atualizar o objeto de estudo e campo teórico para traçar narrativas quanto a chamada segunda onda da pandemia, a crise econômica do pós-pandemia e desafios futuros.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. Com pandemia, busca por empréstimos cresce, mas crédito bancário segue restrito e caro. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/16/com-pandemia-busca-por-emprestimos-cresce-mas-credito-bancario-segue-restrito-e-caro.ghtml>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BOLETIM das medidas tomadas em função da Covid-19 (Coronavírus). **Ministério da Economia**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline/abril/20-de-abril-de-2020>. Acesso em: 05 nov. 2020.

CAMPOS, Ana Cristina. Covid-19 provoca perdas de R\$ 2,2 bi no turismo brasileiro, diz CNC. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/covid-19-provoca-perdas-de-r-22-bi-no-turismo-brasileiro-diz-cnc>. Acesso em: 23 out 2020.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espirito Empreendedor**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FARAH, Osvaldo Elias; CAVALCANTI, Marly; MARCONDES, Luciana Passos. **Empreendedorismo Estratégico**. Criação e gestão de pequenas empresas. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

FGV. **Impacto Econômico do Covid-19**: Propostas para o Turismo Brasileiro – Abril. 2020.

GANDRA, Alana. Efeitos do coronavírus começam a ser sentidos pelo comércio, diz CNC. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/efeitos-do-coronavirus-comecam-ser-sentidos-pelo-comercio-diz-cnc>. Acesso em: 22 out. 2020.

GOVERNO anuncia medidas de ajuda econômica para micro e pequenas empresas. **Ministério da Economia**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/governo-anuncia-medidas-de-ajuda-economica-para-micro-e-pequenas-empresas>. Acesso em: 06. nov 2020.

MENDES, Jerônimo. **Empreendedorismo 360**: A Prática na Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NOVA pesquisa ANR aponta que mais de 76% dos estabelecimentos já demitiram na crise. **ANR – Agência Nacional de Restaurantes**. Disponível em: <https://anrbrasil.org.br/nova-pesquisa-anr-aponta-que-mais-de-76-dos-estabelecimentos-ja-demitiram-na-crise/>. Acesso em: 28 out. 2020.

O BNDES e as medidas econômicas brasileiras contra o Covid – 19. **Agência BNDS de Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/blogdesenvolvimento/O-BNDES-e-as-medidas-economicas-brasileiras-contr-o-Covid-19/>. Acesso em: 17 out. 2020.

OLIVEIRA, Caroline Silva de. Coronavírus pode causar perda de R\$ 30 bi ao PIB do Comércio e Serviços do estado do Rio, aponta IFec Rj. **FECOMÉRCIO RJ**. Disponível em: <http://www.fecomercio-rj.org.br/noticias/coronavirus-pode-causar-perda-de-r-30-bi-ao-pib-do-comercio-e-servicos-do-estado-do-rio-aponta-ifec>. Acesso em: 01 nov. 2020.

QUASE metade dos bares e restaurantes do Rio de Janeiro está fechada, segundo SindRio. **ANR – Agência Nacional de Restaurantes**. Disponível em: <https://anrbrasil.org.br/quase-metade-dos-bares-e-restaurantes-do-rio-de-janeiro-esta-fechada-segundo-sindrio/2020>. Acesso em: 03 nov. 2020.

RIVEIRA, Carolina. 95% dos shoppings no Brasil foram afetados por coronavírus, diz associação. **Revista Exame**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/95-dos-shoppings-brasileiros-foram-afetados-por-coronavirus-diz-associacao>. Acesso em: 10. out. 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Você sabe o que é um Microempreendedor Individual**. Disponível em: <https://blog.sebrae-sc.com.br/voce-sabe-o-que-e-um-microempreendedor-individual-mei/>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. **Conheça as medidas do governo para diminuir o impacto do coronavírus**. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-as-medidas-do-governo-para-diminuir-o-impacto-do-coronavirus,eec7013d92e01710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 11 out. 2020.

_____. **Impactos e tendências da COVID – 19 nos pequenos negócios – edição 3**. 2020

_____. **Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios – 2016**. 2018.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. 2014.